

A DESERÇÃO E A GUERRA COLONIAL

Fernando Mariano Cardeira



Fotografias de Fernando Mariano Cardeira, Serra do Gerês, 23 de Agosto de 1970.

A minha comunicação vai centrar-se sobre três questões principais:

1-A importância política da deserção.

2-As dificuldades em desertar

3-As diferentes posições assumidas pelas organizações políticas que se opunham ao fascismo e à Guerra Colonial.

Antes de abordar estas questões quero fazer uma curta introdução sobre o aspecto legal da deserção e a importância que o Estado lhe dava, e continua a dar. De acordo com o Código de Justiça Militar, Lei n.º 100/2003, “comete o crime de deserção o militar que se ausentar, sem licença ou autorização, do seu posto ou local de serviço e se mantenha na situação de ausência ilegítima por 10 dias consecutivos”. Se atentarmos nas punições a que estão sujeitos os infractores verificamos que este crime é considerado de extrema gravidade. Assim, se em tempo de paz, para oficiais, a pena de prisão vai de 1 a 4 anos, já em tempo de guerra a pena de prisão pode ir de 5 a 12 anos. Devemos ainda ter em conta que o mínimo das penas previstas é agravado de um terço quando o crime for perpetrado havendo “concertação entre dois ou mais militares” ou “desertando o militar para país estrangeiro”. Tudo situações que se aplicam a

grande parte dos desertores da guerra colonial. O caso de punição máxima é “a pena de prisão de 12 a 20 anos ao militar que, em tempo de guerra, cometa o crime de deserção ausentando-se da área de operações.”. Como se vê, ainda hoje (esta Lei é de 2003), a deserção pode ser punida de forma muito severa. Este era o quadro legal, talvez mais agravado na legislação anterior a 25 de Abril de 1974, que um potencial desertor tinha que enfrentar quando decidia recusar fazer a guerra em África.

1-A importância política da deserção

Se as penas previstas eram, e são, tão duras é porque a importância dada à deserção pelas Forças Armadas é muito grande. Existem muitos documentos que mostram de modo claro que as Forças Armadas temiam o enorme impacto que a deserção tinha no moral das tropas. Como exemplo, refiro um documento de 5 páginas, do Governo Militar de Lisboa, datado de Outubro de 1969 (uma NEP, Norma de Execução Permanente) com o título “Procedimento com os ausentes e desertores” onde são pormenorizadamente estabelecidas acções a tomar perante a simples ausência de um militar.

A razão é que a notícia de uma deserção, mesmo isolada, num quartel, sobretudo quando se trata de um oficial, se propaga rapidamente no seio dos militares, mesmo dos militares colocados noutras quartéis. Com ou sem censura, mesmo sem liberdade de expressão as notícias de deserções sempre saltaram para fora dos muros dos quartéis. A deserção era sempre um muito mau exemplo para os que ficavam, o chamado “moral” das tropas era seriamente afectado por quaisquer actos de rebeldia, num tempo em que os soldados eram tratados pelos oficiais quase como escravos.

Dito isto passo agora a referir o caso particular da minha deserção com mais 9 oficiais ex-alunos da Academia Militar em 1970.

Considero que a deserção colectiva a que tenho vindo a dar a maior publicidade possível ao longo dos anos foi um importante episódio da luta contra o fascismo e contra a guerra colonial. O facto de o episódio ter sido durante décadas esquecido, ou minorizado, não lhe retira a importância que teve. Numa mensagem a propósito do falecimento em 2019, de Fernando Pais Mendes, um dos desertores do grupo que refiro o Coronel Vasco Lourenço, presidente da Associação 25 de Abril, afirma que esta deserção colectiva *“foi fundamental para ajudar a abrir as mentalidades dos oficiais do Quadro Permanente, no que ao regime*

ditatorial e à guerra colonial dizia respeito, a caminho do que seria a criação do Movimento dos Capitães, do Movimento das Forças Armadas, do 25 de Abril de 1974.”

A deserção colectiva destes 10 oficiais tem dois aspectos que fazem dela um caso único da história da oposição à guerra colonial no seio das Forças Armadas. O primeiro é que nela estiveram envolvidos jovens oficiais que haviam sido alunos da Academia Militar durante mais de 8 anos. O segundo aspecto, talvez o mais importante, é que estes oficiais quiseram, eles próprios, transformar a sua deserção num acontecimento político de luta contra a guerra colonial e contra o fascismo. E souberam fazê-lo pelos seus próprios meios, expondo publicamente em conferências de imprensa, entrevistas para jornais e rádios, gravações radiofónicas, ou através do envio de centenas de cartas e postais a amigos e conhecidos, a sua condenação da guerra colonial, a denúncia dos crimes nela cometidos, e também o seu apoio à luta de libertação nas colónias portuguesas.

Além da importância política a nível do impacto no seio das Forças Armadas, através da descrença que produziam no moral das tropas que ficavam, no mau exemplo que davam ao mostrar que era possível recusar a guerra, quero salientar a enorme importância da propaganda política contra a guerra, e também contra o fascismo, que uma boa parte dos desertores exerceu no exílio sobretudo a partir do fim dos anos 60.

Desde o início da guerra em Angola, os primeiros desertores vindos de África e exilados em Argel fizeram um extraordinário trabalho de denúncia dos crimes de guerra cometidos em Angola logo em 1961. Entre outros, o maior piloto-aviador José Ervedosa e o alferes-médico Mário Moutinho Pádua, um corajoso lutador antifascista, ainda vivo, que aproveitou para aqui saudar.

Voltando ao caso da nossa deserção colectiva de 1970, quero começar por salientar a importância dos testemunhos públicos dos desertores. Infelizmente, a maioria dos milhares de desertores e refractários dos quase 14 anos de guerra, não se manifestou publicamente. Mas muitos o fizeram através da Rádio Portugal Livre, da Rádio Voz da Liberdade, e até através da BBC, como foi o nosso caso, e também através da imprensa dos países europeus.

As nossas conferências de imprensa de 16 de Setembro de 1970, em Estocolmo, e de 22 de Dezembro, em Bruxelas, têm um forte impacto não apenas no estrangeiro mas também em Portugal. Com a publicação pelos jornais portugueses, a 31 de Dezembro de 1970, do discurso do Ministro da Defesa

Nacional, general Sá Viana Rebelo, a nossa deserção passa a ser, ainda mais, do domínio público. "O Século" destaca mesmo, em subtítulo "Deserção de tenentes milicianos para a Suécia". No parágrafo que nos é dedicado, o general fascista afirma: "Tão nefasta é esta acção (a contaminação da juventude por ideias subversivas, ...) que ainda há alguns meses desertaram para a Suécia 6 tenentes milicianos, antigos alunos de engenharia da Academia Militar que, nos termos da legislação até há pouco vigente, tiveram de frequentar os 3 últimos anos numa escola de engenharia civil de Lisboa e que, neste estabelecimento receberam a inspiração suficiente para trair a Pátria e fazer no estrangeiro uma torpe campanha contra o seu país e contra os camaradas do Exército, onde nunca efectivamente serviram.". Na verdade, o ministro mentia descaradamente, pois sabia muito bem que eram já dez, e não seis, os ex-alunos da Academia Militar que haviam entretanto desertado, 7 para a Suécia e 3 para a Bélgica.

Portugal 2-1-71

LE MINISTRE DE LA DÉFENSE

dénonce des désertions de jeunes officiers

Lisbonne. — Certaines nouvelles recues parmi les officiers tentent de saborder la discipline au sein des forces armées portugaises en propageant des idées subversives, a déclaré dans son bilan annuel le général Sá Viana Rebelo, ministre portugais de la défense.

Ces recues, a-t-il précisé, sortent de certaines universités, hautes écoles et collèges techniques qui sont devenus de véritables centres de subversion et qui préchent des idées hostiles à la défense des provinces portugaises d'outre-mer et à la discipline militaire.

Six lieutenants ont déserté et sont passés en Suède, « trahissant le Portugal et poursuivant leur campagne de diffamation contre leur pays et leurs frères d'armes », a poursuivi le général.

Si la subversion persiste et se développe, tous les Portugais devront faire leur service militaire obligatoire à vingt et un ans, sans suris pour les étudiants, a menacé le ministre, qui a rappelé que le Portugal ne reçoit aucune aide militaire de l'OTAN pour les guerres qu'il mène en Afrique - par ses propres moyens et avec ses seuls hommes -.

Il a révélé que le gouvernement avait l'intention de développer l'industrie d'armement au Portugal afin, dans un premier temps, de produire suffisamment d'armes pour ne plus avoir recours aux achats à l'étranger.

L'entraînement des forces armées sera également intensifié, a poursuivi le ministre de la défense, l'accent étant mis plus qu'auparavant sur les opérations combinées entre les trois armes.

Dans les provinces d'outre-mer, le problème constant du transport des troupes est sur le point d'être résolu, grâce au doublement du nombre des hélicoptères en service et à l'affrètement d'avions commerciaux, a dit encore le ministre de la défense, dont le discours constitue l'expression la plus vive de l'inquiétude des forces armées portugaises face à une opinion, certes encore limitée, mais hostile aux guerres que le Portugal poursuit depuis dix ans en Angola, au Mozambique et en Guinée portugaise.

Les observateurs, à Lisbonne, sont persuadés que la majorité des Portugais sont favorables à la défense des provinces d'outre-mer. Mais les étudiants et certains milieux intellectuels dénoncent ces guerres, faisant valoir les sacrifices en vies humaines qu'elles entraînent, le service militaire obligatoire pouvant durer quatre ans.

● A Lisbonne, Mme Inger Fahlander, secrétaire pour le Portugal d'Amnesty International, organisation dont le siège est à Londres, a été arrêtée par la police de sécurité. — (A.F.P.)

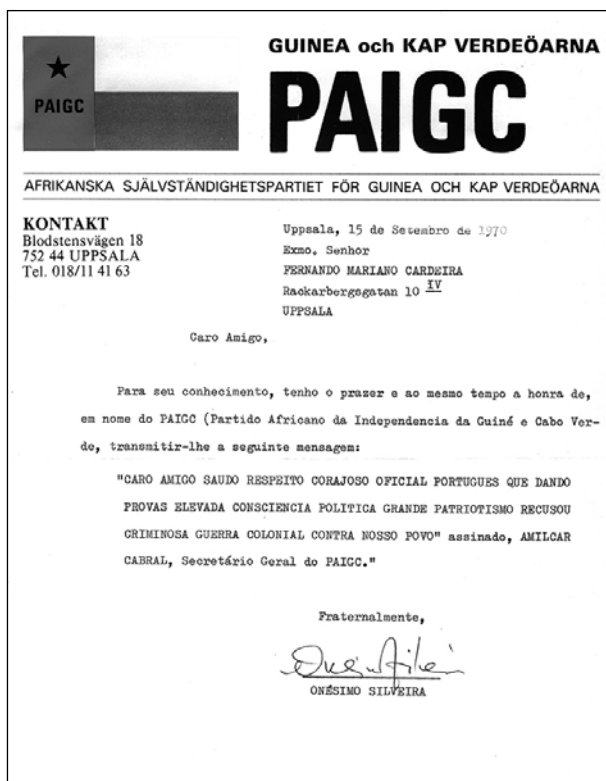
Notícia do jornal "Le Monde" do dia 7 de Janeiro de 1971, com referência ao discurso em que o general Sá Viana Rebelo acusa de traidores os desertores que haviam pedido asilo na Suécia em Setembro de 1970.

No mesmo dia desta Conferência de Imprensa em Estocolmo recebemos em Uppsala um telegrama da BBC a pedir-nos uma entrevista telefónica. Foi o Fernando Pais Mendes que respondeu às perguntas feitas de Londres pelo jornalista Luís Amorim de Sousa, que relata na emissão que foi escutada em Portugal: ...”...o Tenente Fernando Paes Mendes, falando em nome do grupo, disse-me que tinham tomado essa resolução por estarem em total desacordo com a guerra que o Governo Português desenvolve nas colónias de Angola, Moçambique e Guiné. ... Paes Mendes declarou, por fim, que ele e os seus companheiros estão totalmente solidários com todos aqueles que pegam em armas para libertar as colónias portuguesas, acrescentando: este é o facto mais importante para a libertação do próprio povo português.”.



Cartaz de publicidade ao jornal sueco Uppsala Nya Tidning, de 16 de Setembro de 1970, com o anúncio “Seis oficiais portugueses pedem asilo em Uppsala”.

Foram estas declarações que fizeram a capa do *Boletim "PAIGC Actualités"* de Setembro de 1970 onde eram publicadas as nossas fotografias de militares fardados. Algum tempo depois, era-nos entregue pelo representante do PAIGC na Suécia uma cópia de um telegrama que nos fora enviado pelo Secretário-Geral do PAIGC: *"Caro amigo saúdo respeito corajoso oficial que dando provas elevada consciência política e grande patriotismo recusou criminosa guerra colonial contra nosso povo"*. Assinado Amílcar Cabral. É difícil descrever quão profundamente nos tocou e nos deixou orgulhosos este telegrama, num momento em que, um mês depois de termos desertado, a divulgação da nossa deserção era absolutamente ignorada pela generalidade da Oposição política portuguesa, tanto em Portugal como no estrangeiro.



Telegrama enviado a Fernando Mariano Cardeira por Amílcar Cabral, Secretário Geral do PAIGC, em 15 de Setembro de 1970.

2- AS DIFICULDADES EM DESERTAR

Esta é uma questão que não costumo abordar quando falo sobre a minha deserção. Na verdade, o facto de termos conseguido constituir um grupo coeso, decidido, acontecesse o que acontecesse, a não fazer a guerra colonial, tornou tudo muito mais fácil. Dos muitos testemunhos que conheço de dezenas de desertores, particularmente os que foram publicados em dois livros com o título “Exílios, Testemunhos de exilados e desertores portugueses (1961-1974)”, editados pela Associação de Exilados Políticos Portugueses, de que fui um dos fundadores, ressalta a enorme dificuldade que era sair do país de modo isolado¹.

O principal obstáculo à deserção era o apego à família, aos amigos, à aldeia, ao país onde havíamos nascido e crescido. Penso que essa primeira questão constituiu a principal razão por que não houve bastante mais desertores. Há vários testemunhos de soldados, filhos de emigrantes em França ou na Alemanha, que vinham a Portugal cumprir o serviço militar e embarcavam para as colónias, apenas porque queriam ficar livres de viajar para o país de modo legal sempre que quisessem. Conheci dois casos destes no meu próprio pelotão quando estava a formar companhia em Évora no Verão de 1970.

(1) Exílios, *Testemunhos de exilados e desertores portugueses na Europa (191-1974)*, Edição AEP 61-74, Lisboa 2016. “Exils, Témoignages d’exilés et de déserteurs portugais”, Éditions Changeigne, Paris, 2022.



Fotografias de Fernando Mariano Cardeira,
Serra do Gerês, 23 de Agosto de 1970.

Vencido este obstáculo, tomada a decisão inabalável de não ir à guerra, surgiam então os problemas práticos de saber como sair daqui e o que fazer no estrangeiro. Enfrentar a incerteza de um futuro fora do país, longe da família e dos amigos era um outro forte obstáculo que era necessário vencer. A forte emigração dos anos 60 para França, Alemanha, Luxemburgo, etc. acabou por constituir para muitos a resposta à pergunta sobre o que fazer no estrangeiro. A emigração constituía o porto de abrigo para muitos que aí se juntavam aos amigos ou familiares. Mais difícil era resolver a questão logística, encontrar o modo e os meios de atravessar a fronteira com a Espanha e atravessar esse imenso território sem ser apanhado pela Guardia Civil. A obtenção de um simples passaporte estava vedada à maioria dos jovens em idade militar, e mesmo os que o conseguiam obter ficavam às vezes impedidos de sair legalmente porque não lhes era concedida a necessária licença militar.

Infelizmente, só muito tarde, no início dos anos 70, já a guerra colonial durava há 10 anos, é que veio a surgir um movimento de apoio aos desertores. Não tenho dúvidas de que uma política diferente das organizações políticas da Oposição teria constituído um forte incentivo à deserção. A simples divulgação de endereços e contactos telefónicos de Comités de Apoio a Desertores Portugueses constituía uma âncora que permitia a muitos meterem-se a caminho, mesmo sozinhos. No seu depoimento no livro “Exílios.2”, o desertor madeirense Carlos Diniz revela o enorme significado desta pequena mas muito importante ajuda que podíamos fornecer aos desertores: “... *Mal me apeio em Copenhaga, corro a tomar o barco para Malmö, na Suécia. Aproxima-se o fim desta longa viagem que começou de comboio e assim deverá terminar... Em Malmö ligo para o telefone que me haviam fornecido em Bruxelas. ... Responde-me voz solidária, disponível, militante, é o Fernando Cardeira quem atende e logo se organiza para esperar-me à saída da Estação de Lund.*”. Sabe bem escutar hoje estes testemunhos que mostram a importância política dos Comités de Desertores e nos deixam orgulhosos do trabalho político que desenvolvemos.

3- AS DIFERENTES POSIÇÕES ASSUMIDAS PELAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS QUE SE OPUNHAM AO FASCISMO E À GUERRA COLONIAL

Para terminar quero agora dizer alguma coisa sobre as diferentes posições assumidas pelas organizações políticas que se opunham ao fascismo e à Guerra Colonial. Essas diferentes posições advêm das distintas respostas dada à questão de saber-se “como lutar contra a guerra colonial”.

Havia então uma questão que ainda hoje é debatida: como lutar contra a guerra colonial no seio de um regime fascista repressivo e das Forças Armadas que o suportavam, vigiados pela PIDE e pelos seus colaboradores civis e militares, muitos deles autênticos pides? Fazer a vida militar nos quartéis e embarcar com as tropas para África para aí fazer trabalho político junto dos soldados na frente de batalha, mesmo estando contra a guerra, como defendiam alguns? Esta era a posição que foi afirmada perante todos nós, o grupo dos 10 desertores ex-alunos da Academia Militar, de viva voz em mais do que uma ocasião. A nossa longa ligação à instituição militar, o conhecimento profundo que tínhamos do funcionamento da máquina militar, uma vida de cerca de 10 anos de tropa, levou-nos a recusar as ideias de que seria melhor

ficar por cá, e embarcar para fazer trabalho político no meio das tropas, pois sabíamos bem que ir para a guerra seria para nela ter que participar por inteiro, fazendo-a, matando e correndo o risco de ser morto. Mantenho ainda hoje, com firmeza, que fazer uma guerra que condenamos é um absurdo enorme. Considerávamos que era impossível apelar à deserção ou organizar qualquer tipo de acção contra a guerra no seio de um exército envolvido em operações militares. E tínhamos toda a razão, pois o certo é que durante o ano e meio de tropa como milicianos, mesmo em Portugal, nunca nenhum de nós foi sequer contactado no sentido de organizar uma deserção colectiva.

Retirar ao regime a possibilidade de recrutar novos oficiais devia ter sido, para a Oposição, uma prioridade, que infelizmente foi descartada, por razões que não entendo. Ao mesmo tempo que o nosso grupo, cada vez mais desertores e refractários diziam não à Guerra Colonial, recusando apresentar-se nos quartéis. As conseqüências para o moral das tropas eram enormes, e as dificuldades de recrutamento aumentavam. De acordo com um estudo de 2010 do coronel de Artilharia Morais da Silva, em 1973 havia cerca de 150 mil militares nas colónias portuguesas de África. Destes, cerca de 60% partiam de Portugal, embarcavam em Lisboa! Os restantes 40% já eram recrutados nas colónias, mas para os comandar o governo fascista precisava de oficiais brancos, idos do Continente! No discurso do ministro Sá Viana Rebelo de Dezembro de 1970, já citado, é abordada a questão da *“subversão nas Forças Armadas”*. O título do Diário de Notícias afirma que *“a subversão procura atingir as forças armadas através das fontes de recrutamento de quadros que são os estabelecimentos de ensino”*, esquecendo que também o regime fascista tinha aí a principal fonte de recrutamento de oficiais! Neste discurso já o ministro reconhece que *“o recrutamento para a Academia Militar tem sido deficiente”* e admite que se continua *“a preencher a maioria dos quadros de subalternos com oficiais milicianos e parte dos quadros de capitães com oficiais milicianos também”*. O problema do recrutamento de oficiais para comandar as tropas em África tornara-se um verdadeiro pesadelo para as chefias militares.

Depois de dar como mau exemplo da subversão que assolava as Universidades a deserção de seis tenentes para a Suécia, terminava o discurso com a ameaça de que *“teremos de alterar o sistema de formação dos novos oficiais e sargentos de complemento com base em que o serviço militar começa para todos aos 21 anos”*! E rematava: *“Os adiamentos de incorporação são concedidos para estudar e não para fazer desordens”*! É interessante constatar que a incorporação é usada

como uma punição para os estudantes mal comportados, ao mesmo tempo que a propaganda fascista falava na *“honra em morrer pela pátria”*. O problema que o ministro escondia é que as Forças Armadas já tinham nesta altura a Universidade como principal fonte de recrutamento de oficiais e sargentos. Uma contradição terrível! Se no ano de 1963 haviam terminado os seus cursos da Academia Militar 112 alunos (em Infantaria, Artilharia e Cavalaria, indica o estudo citado), dois anos mais tarde há menos de metade a fazê-lo. E em 1968 são apenas 19 os alunos a terminarem o curso da Academia! O regime é assim obrigado a mobilizar cada vez mais cedo os estudantes universitários tendo em vista a formação rápida dos oficiais necessários para prosseguir a guerra colonial em África.

Na prática é fácil constatar que, quatro anos antes do 25 de Abril, o regime já tinha entrado em perda devido à dificuldade em renovar e rejuvenescer os seus quadros militares através da entrada de novos cadetes na Academia Militar. Esta dificuldade tinha como consequência a incorporação forçada, cada vez mais cedo, dos estudantes. Ou seja, ao contrário do que dizia o ministro, não era a subversão estudantil que estava a infiltrar-se nas Forças Armadas mas estas que não tinham alternativa senão recorrer a tão perigosa gente. Não tinham outro remédio, pois para fazer a guerra precisavam de oficiais e sargentos com muita urgência.

Os milhares de refractários e desertores tornavam o recrutamento cada vez mais difícil.



Fotografias de Fernando Mariano Cardeira,
Serra do Gerês, 23 de Agosto de 1970.

No estudo que referi, do coronel Moraes da Silva, verifico que em Moçambique, e em Angola, no ano de 1974, havia 78% de capitães milicianos a comandar companhias de combate! Na Guiné eram 79%. A situação tinha vindo a agravar-se desde 1972 ano em que já são mais de 50% em todas as colónias os capitães milicianos a comandar companhias. Já não eram os capitães saídos da Academia Militar a comandar a guerra mas sim os perigosos estudantes universitários subversivos que, por tal serem, eram levados à força a cumprir o serviço militar.

Numa desesperada tentativa de resolução deste problema, o regime acaba por se enterrar ainda mais ao aprovar um decreto-lei em Julho de 1973 que permitia aos oficiais milicianos entrar para o Quadro Permanente após a frequência de um curso intensivo na Academia Militar. Como se sabe, quem não gostou muita desta manobra foram os capitães do Quadro Permanente, que começaram a reunir-se para discutir a forma como isto os iria prejudicar e acabaram por formar o Movimento dos Capitães que nos levaria ao 25 de Abril.

Termino reforçando a ideia de que um maior incentivo e apoio à deserção teria permitido criar maiores dificuldades ao regime fascista e teria mesmo levado a um provável encurtamento da duração da guerra.

À deserção, em geral, não foi dada a devida importância política. No nosso caso particular, de que tenho a vindo falar porque serve bem de exemplo, é óbvio que não houve qualquer intenção da Oposição dele tirar todo o partido político que era possível tirar. Apesar de toda a divulgação que havíamos feito da nossa deserção durante as duas semanas em que permanecemos em Paris, apesar das centenas de postais e cartas que cada um de nós tinha escrito aos amigos, e que tinham, na sua grande maioria, chegado a Portugal, e até às colónias, apesar das notícias de primeira página nos jornais suecos, apesar de termos sido entrevistados para a emissão em português da BBC, apesar das notícias dadas por muitos outros jornais e televisões da Europa, as notícias da nossa deserção não tinham tido qualquer eco em Portugal! Foi uma grande decepção, porque nós contávamos com uma reacção diferente, esperávamos uma reacção que nunca se viu, a não ser a expectável condenação e a acusação de traição à pátria por parte do ministro fascista Sá Viana Rebelo. O medo que persistia no seio da população portuguesa alastrava às próprias organizações políticas da Oposição sempre temerosas e acossadas pela ameaça da repressão da PIDE.



DESERÇÃO COLECTIVA DE SEIS OFICIAIS DO EXÉRCITO. O grupo dos seis desertores aguardando no dia 24 de Agosto de 1970, em Ourense, Espanha, a camioneta que os levaria até Paris. Da esquerda para a direita: Fernando Pais Mendes, Fernando Mariano Cardeira, António Baltasar, Artur Pita, Alberto Sarmento. De pé, José António Marta e Silva.